

NACÃO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO.

Aluno: Pablo de Oliveira de Mattos

Orientador: Luis Reznik

INTRODUÇÃO

Nação, Democracia, Desenvolvimentismo. A discussão destes três conceitos é de suma importância, pois, apresentam-se como norteadores das construções intelectuais da década de 50 que visavam alçar o Brasil ao conjunto de nações modernas e civilizadas, ou seja, Estados Nacionais soberanos, desenvolvidos economicamente, sob organização política democrática. O período do pós-guerra caracteriza-se entre outros aspectos, pelo processo democratizante como forma de afastar o “perigo comunista”, caracterizado como ditatorial não esquecendo que o pós-guerra é marcado pelo conflito ocidente-oriental personificado por EUA e URSS e tendo como “arma” ideológica importante a construção da imagem do inimigo oriental. Obviamente por pender mais para o lado norte-americano, a política anticomunista no plano nacional por sua vez ganhou corpo tanto como forma de endossar o golpe do ditador Getúlio Vargas em 1937, como forma de opor as representações democráticas/capitalistas às comunistas/totalitárias, esta dicotomia transbordava aos movimentos sociais populares, o que nos permite igualmente relacionar este anticomunismo à queda de Vargas em 1945, já que o governante neste momento mantinha uma relação com os sindicatos mais “frouxa” e mais próxima das agitações da massa queremista.

Getúlio Vargas, que esteve no poder político por quinze anos, 1930-1945, neste momento ainda, apesar de ter sido afastado do cenário político institucional continuava possuindo forte apelo público. Este aspecto importante da “publicidade” da figura de Vargas não pode ser confundido com a proposta simplista do advento do populismo enquanto conjunto de representações contemporâneas, bem como a sua apropriação pelas ciências sociais enquanto conceito caracterizador de um determinado

período da política brasileira, não obstante de uma maneira de governar. Tendo este conceito em sua órbita a forte propaganda e coerção do Estado Novo, por exemplo, suas políticas sociais eram sempre tidas como demagógicas e, sobretudo, considerando o “povo” como massa ignara e desprovida de consciência política. A permanência de Getúlio Vargas no poder político por vários anos foi possível por intermédio da exploração eleitoral demagógica deste “povo” de acordo com um entendimento deste momento como pertencente ao populismo. A partir de uma chave explicativa deste momento político brasileiro como um momento de alargamento dos direitos políticos e concessão de direitos sociais trabalhistas, nos é permitido “re-pensar” tal movimento como sendo uma via de mão dupla, ou seja, população e governo em consonância por intermédio dos direitos sociais ao povo concedido.

O ofício do historiador é: através de experiências históricas compreender tais ou quais aspectos de determinado tempo/espaço. Desta forma, torna-se capital a análise mais detalhada do “queremismo”. Tal movimento popular localizado em fins do Estado Novo colocava-se em oposição a toda e qualquer manifestação anti-Vargas. Marcada por episódios onde uma parcela trabalhadora opunha-se a manifestações anti-Vargas nas ruas, com bater de panelas, por exemplo, com o intuito de impedir o pronunciamento de palavras de ordem contra Getúlio. Esta proposta de leitura do evento leva em conta a existência de consciência política pertencente aos trabalhadores. Estes trabalhadores haviam percebido uma diferença básica desde a subida de Vargas ao poder no tocante aos direitos trabalhistas. Alguns trabalhadores caracterizavam muitas vezes o período varguista em, “antes” e “depois”, ou seja, grande parte daqueles trabalhadores que reivindicavam e queriam Vargas na Constituinte, o faziam porque viveram, ou não, os dois momentos, antes da concessão dos direitos trabalhistas e depois da regulamentação da jornada de trabalho, da folga semanal remunerada, do trabalho feminino e infantil, das garantias trabalhistas, enfim, não estava disposta a perder tais conquistas no caso de um outro governante assumir o poder do Estado. Estava, portanto, consciente quanto ao benefício obtido durante o governo de Vargas.

De forma alguma isto significa que os trabalhadores estivessem endossando a continuidade de um regime não democrático, centralizado e personalista. Os trabalhadores estavam de acordo quanto à importância da democracia para o país, no entanto, desejavam Vargas como mediador deste processo. De antemão esta análise nos lança uma questão sobre o nível de consciência do eleitorado. Estaria o povo preparado para deliberar e votar em seus dirigentes.

A resposta desta questão não será equânime quando os interpelados forem aqueles que estavam dispostos a re-construir a nação. Portanto, veremos ao invés de uma resposta, diversas respostas, diretamente ligadas, por exemplo, às construções sobre democracia, nação e progresso técnico e econômico. O alargamento dos direitos políticos, herança do Estado Novo, agora impunha um problema para os intelectuais do Brasil com o fim do Estado Novo e a “re-democratização”, estes homens olhavam com desaprovo a entrada, inédita, do “povo” no processo político. Este novo ator social, na formulação elitista, conferiria irracionalidade à política e desordem por serem compreendidos então como desprovidos de racionalidade e passivos de votarem nos “candidatos demagogos”. Grande parte destes intelectuais estava comprometida com as campanhas políticas na década de 50 e tinham como campo de exposição de suas idéias a imprensa. Com o fim do Estado Novo a liberdade de imprensa retorna e transforma os jornais nos meios de comunicação mais significativos no que diz respeito à produção intelectual acerca dos problemas e rumos do país, bem como, o debate das plataformas políticas dos candidatos. Chegando a assumirem posições partidárias claras, os jornais traziam diariamente, sobretudo nos períodos eletivos, artigos que estavam diretamente comprometidos com as propostas dos candidatos, não obstante, nos auxiliam na identificação dos diversos matizes das propostas para se alcançar a modernidade civilizada.

A análise da imprensa escrita na década de 50 torna-se desta forma, facilitadora na identificação dos diferentes conceitos de Nação, Democracia e Desenvolvimentismo, considerados por esta pesquisa como sendo norteadores das políticas e construções para o progresso nacional. Estas construções, enquanto nacionais, discutiam os rumos da sociedade brasileira na sua totalidade demográfica, ou seja, tais propostas visavam abranger centros urbanos e meio rurais, mesmo que isto não implique na simetria de valoração destes universos. No plano internacional desta discussão, impunha-se um problema. Como alcançar o patamar de Nação soberana em meio ao mundo solidário para com aqueles Estados-nação “civilizados” que poderiam ser tratados por países centrais?

Prosseguindo na proposta nacional modernista dos anos 20 e 30 tomando como exemplo, tanto sua vertente de “adequação/adaptação”, ou aquela que poderíamos alocar no primeiro momento modernista proponente da simples “adesão” ao “mundo civilizado” que seria obtido pela organização de Estado e sociedade; nos anos 40 e 50 a proposta para a modernização estaria diretamente vinculada ao desenvolvimento

econômico da nação. Sendo assim o nacionalismo se vincula ao debate desenvolvimentista, porém este debate não guarda somente a nuance nacionalista. A modernização do país proposta pela CEPAL se daria a partir da construção de um parque industrial.

A crítica cepalina debruçava-se nas disparidades entre países centrais e periféricos causadas pelo capitalismo e pela constante transferência de valores aos países centrais, esta transferência “deteriorava os termos de troca”. Ainda dentro da proposta cepalina, no Brasil, personificada por Celso Furtado, o planejamento econômico e o fomento à industrialização que deveriam ser perpetrados pelo Estado apontavam a necessidade de certo intervencionismo Estatal na economia, o que por princípio choca-se com a lógica neoliberal. Este choque inicia um debate entre diversos intelectuais proponentes de políticas públicas para o desenvolvimento nacional.

O caráter nacional destas propostas desenvolvimentistas ganharia força do ponto de vista da necessidade de se buscar um caminho alternativo dos países centrais em relação às medidas tomadas e os rumos econômicos escolhidos. Isto se une ao processo de descolonização africano e asiático em grande medida insuflado pelo ambiente bipolar da Guerra-Fria e provedor, portanto, de “nacionalismos” não necessariamente alinhados a um dos blocos econômicos. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no fim da conflagração mundial materializou a possibilidade de legitimação destas propostas não alinhadas.

Retomando o ponto inicial deste trabalho enquanto justificativa para o aprofundamento da análise da associação entre “nação”, “democracia” e “desenvolvimento”, a percepção das diferenças no debate sobre o arranjo que estas abstrações poderiam tomar, nos permitirá investigar aspectos centrais da sociedade brasileira dos anos de 1950.

DEMOCRACIA

Na década de 1950, a democracia apresenta-se como um regime político listado ao lado do “bem”. A vitória dos aliados sobre os nazi-fascistas na segunda guerra mundial colocou os EUA como paradigma de Nação moderna a ser seguido. A radicalização deste resultado veio com a construção da imagem oposta entre democracia e socialismo, ocidente e ocidente. A democracia em terras brasileiras emergia como meio político e social seguro de romper com toda a herança autoritária e totalitária estadonovista, bem como a redenção ao perigo comunista. Portanto, não seria exagero afirmar que a democracia vai guiar as construções sobre o futuro da Nação brasileira. De acordo com os léxicos contemporâneos, este período estaria em consonância com uma redemocratização. A noção de que a “vocação” democrática da na o brasileira havia sido interrompida pelo Estado Novo, contribuía para este discurso. Por isso a necessidade de romper com este passado não democrático, e dar continuidade aos destinos da Na o, seguindo os rumos da democracia Liberal.

Sem nenhum compromisso com as questões sociais, a defini o liberal de democracia considera-a um regime político amparado no sufrágio livre, direto, secreto, igual e universal, conforme um modelo simplesmente procedimental. As liberdades civis de expressão, consciência e associa o seriam pressupostos para seu funcionamento.

Contudo, o alargamento dos direitos sociais e políticos no período de Vargas trouxeram   política um corpo de atores sociais que até então se encontrava alijado de quaisquer decisões ou participa o no processo político. Comparativamente   Primeira República, o Estado Novo deu voz e cidadania ao povo e aos trabalhadores na forma de direitos sociais trabalhistas seja por meio material ou simbólico. Essa proximidade entre governante e governados dava-se também pela mitifica o de Getúlio Vargas e de suas qualidades “paternas”. No entanto, este novo ator não era visto com bons olhos no mundo da política. No período varguista ideólogos, tais como Francisco Campos, propunham a ditadura como única forma de governo apropriada às “massas” irracionais e despreparadas para o processo eleitoral. Portanto, a Democracia deveria apresentar-se com inflexões condizentes com esta realidade.

Esta concep o de “democracia sem povo” perdurou até o momento aqui estudado, a década de 1950. Os editorialistas destes jornais separam claramente cidad es e eleitores em suas páginas. Não obstante, consideram o povo, ou parte dele,

como uma “massa ignara”. Certamente esta “massa” é composta por aqueles que votaram, votam, ou dão seu apoio de alguma maneira a Getúlio Vargas. Frente a este embate, nos deparamos com uma questão muito cara a este trabalho. Democracia aqui é tratada não apenas como uma palavra, mas como um conceito, que se apresenta de diversas maneiras e sob diversas construções. No entanto, a democracia aqui apresentada através das páginas dos jornais Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa e A Noite, trazem em suas páginas concepções de democracia muito semelhantes em relação à participação popular no processo eletivo. As “massas”, ou simplesmente a parcela subalterna da população identificada com Getúlio Vargas não estava prepara para atuar no processo democrático. Certamente, Vargas não era apoiado somente pelas camadas subalternas, porém aqueles representados por Vargas eram identificados como “massas”.

Nas páginas do Correio da Manhã a instauração e a consolidação das instituições democráticas no Brasil pós Estado Novo levariam à emancipação do povo enquanto eleitores, ou seja, a democracia possuía assim caráter normativo e redentor das “massas” dando a este contingente racionalidade, consciência e meios de conviver no universo político da democracia.

“Mas acima de tudo ao estímulo e à certeza da democracia na formação da consciência do povo” (Correio da Manhã, 1 de agosto de 1950 p.3)

Este caráter normativo trazia consigo um ranço elitista visto que tal emancipação seria acompanhada e dirigida pelos governantes, que neste caso são os udenistas representados por Brigadeiro Eduardo Gomes. Nas páginas do Correio da Manhã o apoio a Eduardo Gomes faz-se claro e gira em torno da defesa e da consolidação da democracia liberal no país. A bandeira defendida pelo Correio da Manhã de Luis Costa Rego é a da democracia e do legalismo. Os editoriais do Correio da Manhã e também da Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda trazem em seu conteúdo uma fusão entre candidato e plataforma no tocante a democracia. Eduardo Gomes é a democracia em pessoa, é o único capaz de dirigir este país democraticamente com honra e probidade.

“O Brigadeiro é a única solução digna e coerente com os sentimentos de quantos tinham responsabilidades na consolidação das instituições democráticas (...) a imagem redentora do Brigadeiro. Tinham no intimo de suas consciências a solução honrosa para o

drama em que se debatia a Nação na busca de seus destinos.”(Correio da Manhã, 24 de agosto de 1950 p.3)

Em uma sociedade de escassos leitores como o Brasil da década de 50, os jornais dirigiam-se aos letrados e obviamente pertencentes a uma elite. Esta elite pode ser caracterizada pelo léxico de cidadãos, ou seja, aqueles que deliberam e votam *conscientemente* no processo eletivo político. Fica claro ao nosso entendimento que se todos os eleitores fossem tratados por cidadãos, inclusive a massa de trabalhadores, não se caracterizaria uma elite. O jornal fala aos cidadãos conscientes e esclarecidos. O importante é que nesta definição de democracia as determinações políticas cabiam aos segmentos detentores do estatuto de cidadania na sociedade, através de seus representantes eleitos.

“Eduardo Gomes fala à consciência dos cidadãos, pelo aprimoramento das instituições democráticas e pela sua definitiva consolidação no Brasil.” (Correio da Manhã, 19 de agosto de 1950 p.3)

É a este corpo social que o Correio da Manhã convoca ao pleito e imputa a responsabilidade de implementar a democracia no país por intermédio de Eduardo Gomes e da UDN. A esta elite esclarecida pertenceria o fardo de emancipar e melhorar a vida dos homens do campo, por exemplo, onde a pressão política e a ausência de ferramentas políticas racionais transformam este ambiente rural em “conta certa” de votos de políticos demagogos. Já nas grandes cidades seria o contrário.

“Interior é onde a pressão governamental, pela violência, pelo engodo e pelo suborno, dirige o pronunciamento dos eleitores. Grandes cidades, é onde o governo por mais que ameace, iluda e procure comprar a consciência dos cidadãos, quase sempre duvida da obtenção de votos, ou antes, nunca os tem para o seu partido e para seus candidatos”.(Correio da Manhã. 10 de agosto de 1950 p.3)

É interessante notar que, embora eleitores, os homens do campo não são tratados como cidadãos corroborando a tese elitista do jornal Correio da Manhã. Não obstante, este elitismo está diretamente ligado à campanha de Eduardo Gomes que é uma campanha de salvação nacional, e à elite brasileira caberia o papel de salvar o país em sua totalidade geográfica e transformá-lo numa Nação civilizada. Este caráter elitista não aparece somente no âmbito político institucional, em um artigo da LEC (Liga

Eleitoral Católica) responsável pelo acompanhamento eleitoral por parte da Igreja, toca-se no ponto de seleção.

“O momento é grave, crise da democracia, os comunistas querem implantar a ditadura da massa ignara sobre as elites cultas.”

“A LEC apontou o verdadeiro caminho, esse caminho é a seleção.” (Correio da Manhã, 28 de Setembro de 1950 p. 3)

Este artigo do qual foi extraída a citação acima, não chega a mencionar quais candidatos devem ser selecionados ou não, mas mediante análise do conteúdo do jornal podemos perceber que não se trata certamente de Eduardo Gomes. Outro ponto digno de menção é a construção da figura de Getúlio Vargas como o antidemocrático. Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa atacam Vargas de maneira que este fique retratado como uma farsa demagógica, que não passa de um produto de propaganda.

Nas páginas do Correio da Manhã, bem como da Tribuna da Imprensa encontramos apoio claro a Eduardo Gomes, candidato da UDN, enquanto portador da democracia representante da única campanha de salvação nacional, e em contrapartida a representação de Vargas como antítese da democracia e de Eduardo Gomes, devendo, portanto, ser afastado da vida política brasileira. Vargas é tudo o que existe de antidemocrático, seu passado revela e aponta para o perigo de sua candidatura e de sua possível eleição. Portanto, aqueles que votam ou dão apoio à Vargas não fazem parte da democracia ativamente, pois se caracterizam pela irracionalidade e despreparo ao processo democrático.

É importante marcar também a fragilidade do regime democrático no Brasil apontado por Carlos Lacerda, quando este se refere aos partidos políticos como traidores do regime por sua fragilidade. Além da baixa qualidade dos candidatos; aponta também para a fragilidade da câmara federal caracterizada como uma “tentativa frustrada de democracia” por sua inoperância causada pela redução de seu poder à mera modificação e aprovação de iniciativas do prefeito, “é hoje uma falsificação de democracia” (Tribuna da Imprensa, 21 de agosto de 1950, p.4). Carlos Lacerda deixa claro também sua preferência pelo regime parlamentarista, já que:

“O presidencialismo é sempre uma forma larvada de ditadura” (Tribuna da Imprensa, 25 de agosto de 1950, p.4).

Carlos Lacerda chega a este entendimento devido ao caráter personalista da política brasileira apontado por ele. Que por sua vez influência sobre os partidos políticos conferindo-lhes inoperância, para tanto propõe uma reforma constitucional a fim de tornar as instituições democráticas adequadas ao seu funcionamento. Carlos Lacerda mostra-se simpático ao regime parlamentarista. Chega a propor que a câmara dos deputados, que segundo ele não possui autonomia para legislar, deveria ser substituída por “homens eminentes”, ou um conselho consultivo de “homens eminentes”. Lacerda propõe reformas no legislativo, apesar de não caracterizar os pontos a serem reformados. Em relação ao personalismo político:

“(...)o delirante personalismo em torno do qual se processa a vida política no Brasil, o regime não pode funcionar sem instituições capazes de amortecer esses choques que os homens públicos produzem na opinião nacional.” (Tribuna da Imprensa, 21 de agosto de 1950 p. 4)

Em artigo em resposta à carta dos leitores, que questionou sobre como defender a democracia diante da candidatura de Vargas, Carlos Lacerda coloca-nos o problema da maioria, apontando para a cunhagem de democracia em seus escritos. Sobre a possível candidatura de Vargas, Lacerda aponta dois grupos, um favorável a sua inscrição como candidato, e outro não favorável. O argumento dos favoráveis a candidatura de Vargas é pautado na defesa da democracia, e por conseguinte no direito de Vargas se candidatar. No entanto, Lacerda caracteriza este grupo de maneira particular e muito inteligente.

“Mas aqui é necessário um esclarecimento. Em primeiro lugar, vê-se que os deste grupo pensam em defender a democracia defendendo as eleições e a vontade da maioria, tão somente esquecendo todo o seu complemento – o resultado das eleições em relação à própria democracia.

Ora, eleição só por si não quer dizer democracia. (...) Eleição é um meio democrático para atingir um fim democrático. É um método democrático que não tem um fim em si mesmo.” (Tribuna da Imprensa, 1 de agosto de 1950 p. 4)

Aparecem no trecho dois pontos de interesse para a reconstrução do conceito de democracia presente nos textos de Carlos Lacerda. O primeiro é sobre democracia e eleições. Lacerda escreve que a defesa das eleições são se traduz em defesa da democracia. Portanto, podemos refletir sobre o conteúdo liberal do regime democrático defendido por Lacerda, já que para ele o pleito não representa outra coisa senão um

método democrático, não possuindo um fim em si mesmo. O regime democrático liberal, se caracteriza pelo sufrágio livre. O segundo ponto é referente à maioria e povo. Para Lacerda, ao defenderem a vontade da maioria, os integrantes deste grupo estão querendo substituir povo por maioria. Para o editorialista, ambos, não se equivalem. Povo é maioria e minoria. Segundo Lacerda, de acordo com esta colocação democracia se tornaria no governo da maioria, pela maioria e pela maioria – Fazendo referência ao conceito de democracia cunhado por Lincoln – desta maneira a democracia tornar-se-ia uma forma de tirania, que impunha uma vontade qualquer de qualquer maioria.

“Ora, democracia é o respeito à vontade da maioria, sim, mas desde que esta respeite os direitos da minoria, como é de seu dever. É, mais uma vez, um direito que se limita por um dever.” (Tribuna da Imprensa, 1 de agosto e 1950 p. 4)

Sobre a questão dos partidos políticos e a democracia, o jornal Correio da Manhã se coloca de maneira divergente da de Carlos Lacerda.

“A democracia dos partidos é por seu singelo enunciado, o pólo oposto aos sistemas ditatoriais de direita ou da esquerda, todos empenhados em integrar a sociedade no Estado onipotente, reduzido afinal a uma minoria pequena e discricionária, senão encarnada no arbítrio de um chefe.” (Correio da Manhã, 1 de agosto de 1950 p. 3)

O Correio da Manhã assume posturas políticas programáticas liberais claras, defensor da democracia liberal e do legalismo, este jornal não vê problemas quanto aos partidos políticos. Na concepção schumpeteriana, "o método democrático é aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que alguns indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma disputa competitiva pelo voto popular". O processo democrático, então, é definido como um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, onde o indivíduo adquire o poder de decidir mediante luta competitiva pelos votos do eleitor. Desta forma, a democracia dos partidos políticos caracteriza a pluralidade de opções, bem como, a livre competição. Esta competição levaria a uma inserção responsável no meio político. À concorrência livre pelo voto livre. Trata-se de uma proposta de um regime democrático novo e liberal, agora, em uma livre concorrência, no campo político.

O jornal A Noite, é defensor desta concepção de democracia onde a concorrência e a experiência aparecem como fundamental ao regime democrático. Em

um artigo assinado com o com as iniciais C. K., o jornal defende uma postura democrática, uma atitude democrática.

“A democracia como atitude ou como filosofia da vida, baseia-se na concorrência e na experiência (...) em concorrência natural, numa competição às vezes tão amável que mal se percebe, mas permanentemente disputando, no grupo ou na sociedade a primazia, ou a melhoria da situação, ou o ajustamento mais feliz.”

Para o jornal esta concorrência revela-se vital. O artigo coloca esta concorrência como importante na solicitação dos atributos do indivíduo, em busca do êxito que valorizaria o homem. Nesta lógica, esta valorização pela concorrência estaria em franca oposição à “tranqüila e criminosa passividade” dos vencidos ou apáticos. Novamente aparece o problema da passividade de alguns, e da democracia, neste caso a concorrência liberal, como possibilitadora de redenção destes apáticos ou passivos, ou seja, a valorização do homem novamente. Contudo, o jornal coloca a importância de saber competir, não possuindo a arrogância dos vitoriosos, pois pode haver derrota. Também não deve-se sucumbir-se diante do insucesso, não superestimar o mérito próprio, ou diminuir o dos outros, manter a cordialidade da disputa. A experiência aparece como outro ponto fundamental à democracia. A experiência é o caminho para o ajustamento, para o progresso e para que se desfaçam as crises segundo o jornal. A experiência contribui à aquisição de conhecimentos

A democracia apresentada neste artigo, se mostra favorável a uma atitude pragmática na medida em que direciona crítica às formulas e construções abstratas.

“No silêncio dos seus gabinetes, os cientistas especulam a verdade, através de tentativas e pesquisas que se multiplicam no infinito. O homem pratico sente logo o limite das experiências.”

O jornal faz assim, uma crítica aos cientistas que posam desta atitude proba tão somente, esquecendo que a vida transcorre em “linhas paralelas e em linhas que se cortam” mutáveis. De problemas e não de idéias e símbolos, se forma a vida. E por existirem problemas existem hipóteses, daí a pluralidade “natural” de opiniões, a tolerância portanto, torna-se o fundamento moral deste sistema. A concorrência importa no reconhecimento da existência de várias forças, a experiência é o reconhecimento de várias soluções.

Esta concorrência aliada à tolerância e experiência, criará um ambiente de respeito a personalidade humana. Criando por conseguinte, a possibilidade de construção de uma ordem democrática. Nas palavras do jornal este respeito à personalidade daria ao homem:

“amplas oportunidades para que nele se desabrochem todas as virtudes da espécie (...) para que despertem-se no individuo as forças da produtividade e o estado de plena consciência (...) sentimento crítico. Esse homem – ativo, consciente, tolerante, cooperador, lúcido, crítico, justo – será desde a órbita privada até a órbita pública, na humildade da sua existência ou na projeção espetacular de seus atos, o construtor infatigável da ordem democrática.” (A Noite, 31 de julho de 1950 p. 14)

Ainda que o homem necessite de amplas oportunidades para tornar-se crítico, consciente, lúcido, e, o exercício do voto seja de fato uma tarefa a ser concluída com plena consciência, o jornal através do mesmo articulista C. K., defende uma tolerância em relação aos votantes denominados inconscientes. O jornal não pensa em restringir o direito do voto, apesar das dificuldades decorrentes de sua ampliação através do sufrágio universal. Chega a defender o voto daqueles analfabetos, ignorantes através de suas experiências de vida, estes aprendizados que “ensinam acima dos livros, das letras e forma por vezes sólidas consciências morais”, dar-lhes-iam condição para que votassem. O jornal coloca a questão da pluralidade de opiniões, a variedade de problemas, própria da contingência humana, como objeto desta democracia.

“Preconizamos para o bom exercício da vida democrática, que homens se caracterizem pela atividade e pela iniciativa, pela plena consciência de seus atos, pela tolerância compreensiva pela pratica reiterada da cooperação” (A Noite, 31 de julho de 1950 p. 14)

Como atitude frente ao alargamento do sufrágio e suas decorrências, o jornal nos traz ainda.

“ O tratamento que se aconselha não há de ser, nesta altura da evolução política, o das omissões, o do voto seletivo, o das restrições antipáticas, o dos valores deferentes conforme a qualidade do votante. Não se quebrará a bela igualdade doutrinaria. Por isso, tudo volta a ser não um problema político, mas um problema educacional. Eduquemos e treinemos a razão.”(A Noite, 14 de agosto de 1950 p. 14)

No entanto, não devemos perder de vista a caracterização do povo como “massa”. E por conseguinte, como parcela susceptível de influência demagógica.

“Não é sem grande dose de razão que numerosos dos mais profundos espíritos da cultura do ocidente rejeitaram a capacidade de seleção do povo, por vê-lo constantemente exposto aos equívocos da demagogia e da mistificação, para não falar na moderna técnica de mobilizar as massas” (A Noite, setembro de 1950)

A democracia é também problematizada pelo viés da tese elitista neste jornal. Assim como no Tribuna da Imprensa, que criticava a divisão das forças democráticas, o jornal A Noite também apresenta críticas às “correntes democráticas” em relação a esta dispersão. O jornal chega a mencionar a cegueira de uma elite dirigente.

“A cegueira de uma elite dirigente com vocação suicida tudo conspirou no sentido de atirar o país nos perigosos rumos para a marcha que marcha e com que deslace final ninguém sabe.” (A Noite, agosto de 1950)

Outro ponto presente nas páginas deste jornal, é a degradação do liberalismo. Em artigo assinado por Antonio Vieira de Melo, editorialista de A Noite, trata da questão da dissociação da moral das leis chamadas “econômicas”, menciona ainda, que a mesma inteligência que formulou as leis econômicas, sugeriu ao homem infinitos meios de pervertê-las.

“Vimos já, por exemplo, que o liberalismo estrangulou a igualdade e a fraternidade (...) e vimos a liberdade crescer em sentido inverso ao do liberalismo” (A Noite, agosto de 1950)

Contudo, a posição do autor em relação a este problema não se traduz em um afastamento do liberalismo. O autor fala de uma inversão de liberdade, igualdade e fraternidade, tendo em vista a relação com a “personalidade humana”. Entre indivíduo e sociedade. Chegando a mencionar que o todo condiciona a parte, defende a individualidade, a originalidade dos componentes da sociedade. Portanto, no momento

em que a sociedade obtiver a personalidade democrática, os membros desta sociedade agirão em consonância com o regime. Não basta uma lei escrita para fazer uma sociedade democrática. Defende a condição de homem enquanto espírito, pessoa. Aí reside a sobrevivência do ideal democrático em meio às mais violentas negações dos fatos desvelando-se tudo que sofreu: iniquidade, injustiça, exploração. Ou seja, a valorização desta personalidade humana passa pela tomada de consciência por parte dos homens e da percepção dos problemas à sua volta.

A liberdade de imprensa está diretamente inserida na relação entre democracia e liberdade, Schumpeter aponta que, se todos forem livres para concorrer à liderança política e concorrer aos votos dos eleitores, isso implicará na maioria dos casos numa considerável margem de liberdade de expressão para todos. Trata-se de uma proposta de um regime democrático novo e liberal, agora, em uma livre concorrência, no campo político. Este ambiente de liberdade de escrita e pensamento, possibilitou a cunhagem de diferentes conceitos de democracia. Pois vejamos, o Correio da Manhã trata o regime democrático como redentor do Brasil enquanto povo, provendo racionalidade e condições de operação dentro da democracia àqueles que não a possuíam; e trará também a redenção ao Brasil enquanto Nação, tornando-o uma Nação mediante a consolidação e preservação da democracia. Esta democracia liberal proposta pelo jornal, é admitida por um viés elitista, onde os membros de uma elite consciente deveriam dirigir este processo democrático, ou seja, os cidadãos deveriam auxiliar os eleitores em sua entrada efetiva no jogo democrático. Este jogo democrático respeitaria regras de livre concorrência e legalismo, no âmbito eleitoral. Contudo, as questões sociais passavam ao largo do postulado.

A Tribuna da Imprensa, jornal o qual Carlos Lacerda era editor chefe, admitia uma democracia frágil, devendo ser reformada. Apesar de não apontar os pontos a serem reformados com clareza, Carlos Lacerda se coloca como favorável ao regime parlamentarista, para ele, o presidencialismo era uma forma larvada de ditadura. Segundo ele, devida ao forte caráter personalista de nossa democracia, faz-se necessário uma instituição capaz de amortecer os impactos deste personalismo no legislativo. Este corpo legislativo, que deveria possuir de fato caracteres legisladores, seria composto de “homens eminentes”. Em outro artigo, de Clementino Fraga, os intelectuais, bem como os profissionais liberais, são convocados na coesão do voto consciente, pois estes encontram-se mais sensíveis às ameaças. Portanto esta democracia também assume caráter elitista.

Interessante pensar esta democracia apresentada no Tribuna da Imprensa, como sendo caracterizada pelo consenso. Sabemos de ante mão que o regime democrático é composto de dissenso, embate de idéias, que devem coexistir democraticamente. Ao questionar os léxicos povo e maioria, como não equivalentes, Lacerda nos dá uma pista para esta conclusão. Povo não é maioria, portanto, de acordo com a cunhagem de Lincoln o regime visto sob esta “confusão” seria o governo da maioria e não do povo. Há que se respeitar os direitos da minoria, criando-se assim um consenso entre maioria e minoria, entre o povo.

Neste sentido, o jornal A Noite, nos apresenta uma visão do regime democrático como caracterizado pela concorrência e pela experiência. A concorrência seria possibilitada pela liberdade e pluralidade de opiniões. A experiência marcaria o caráter pragmático do regime, que deveria basear-se antes, em uma atitude democrática, não pautado em formas intelectuais que especulam sobre a realidade. Sobre a concorrência, no entanto o jornal aponta para uma degradação da competição. Os valores liberais econômicos foram perdidos, degradados pelos próprios homens. Esta degradação em busca do lucro acarretou, segundo C. K., duas guerras em nome do fausto contra o pauperismo. O liberalismo, segundo Antonio Vieira de melo, estrangulou a igualdade e a fraternidade, e a liberdade cresceu no sentido inverso do liberalismo.

Este periódico defende a “personalidade humana” como sendo a morada do ideal democrático. Este jornal também trabalha com uma noção de democracia elitista, quando critica a cegueira de um elite dirigente, porém em relação ao voto propriamente dito não opera de maneira hierárquica. O voto dos ignorantes ou dos analfabetos possui consistência devida ao aprendizado prático, provenientes da vida.

A saída para este dilema do voto, que se apresentou no momento de seu alargamento, seria a educação. O jornal não admite o regresso ou a redução dos direitos políticos. Apesar de não estranhar que “profundos espíritos” da cultura ocidental não consideram o poder de seleção do povo. Por isso a importância da educação na construção de uma racionalidade democrática naqueles que não a possuem.

A democracia neste momento estava em disputa, o embate de idéias estava posto na condição de pró-democracia e antidemocracia. Este conflito ideológico pode ser colocado no plano de varguistas e não varguistas. A disputa pela democracia trazia em seu cerne o ranço elitista de inícios da república no Brasil, revelando a permanência e durabilidade deste traço da sociedade brasileira. As parcelas subalternas ainda não possuíam espaço político efetivo, estavam no meio do tiroteio político como

determinantes da qualidade racional das “democracias”. Se uma das democracias apresentadas ao momento possuísse aproximação ou contasse com o voto destes, era passiva de ser considerada como populista ou demagógica, visto que não contava com a consciência política e sim com o frágil apoio das “massas”. Estas democracias debatiam-se com um problema: o alargamento do sufrágio àqueles provenientes das camadas baixas e excluídas da sociedade, política, econômica e socialmente.

Desenvolvimento

Como proposta deste trabalho, a análise conceitual, debruçar-se-á sobre a linguagem econômica do início da década de 1950, e no que diz respeito às propostas para o desenvolvimento econômico do Brasil nas páginas dos jornais analisados. Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa e A Noite, dentro de sua visão programática guardam similitudes no caráter liberal de suas proposições sobre a economia. Ainda que apresentem clivagens e apropriações diversas deste postulado, as proscricções sobre o desenvolvimento do Brasil contidas nos jornais são atravessadas pela ideologia liberal. No entanto, um conceito não se foca somente em uma palavra, mas ao sentido que ela nos remete¹. Portanto, ao tratarmos do discurso econômico destes jornais e dos matizes do conceito de “desenvolvimento”, o estaremos fazendo através das palavras correlatas ao seu sentido.

No cerne da questão sobre o progresso econômico da Nação, a agricultura toma papel importante. Para os articulistas e editorialistas que escrevem nos jornais, a agricultura deve ser a base do progresso econômico. Isto se deve a compreensão do Brasil, por estes homens, como um país essencialmente agrícola. Esta concepção é compartilhada por todos os jornais, como veremos nos trechos selecionados abaixo.

“Num país ainda quase essencialmente agrícola como o Brasil, deveria constituir um dos mais dinâmicos da administração: o Ministério da agricultura. Deveria ser um órgão de completa eficiência, incumbido do direto estímulo de nossa economia agrária.” (Correio da Manhã, 9 de agosto de 1950.)

“de fato se começarmos a desprezar a condição de “essencialmente agrícolas” não podemos subestimar a importância da lavoura em nossa vida econômica, tanto para os fins imediatos de subsistência quanto para lastrear o desenvolvimento de nossa industrialização.” (A Noite, 5 de agosto de 1950.)

“Não devemos, pois, sacrificarmos desenvolvimento material rápido, a perda dos grandes atributos de nossa nacionalidade, [caráter agrícola] alguns dos quais devem constituir motivo de justo orgulho de nossa parte.

Não procuremos imitar também neste ponto os Estados Unidos da América; não temos o poder assimilador, enérgico e intenso desse grande povo.” (Tribuna da Imprensa, 5 de agosto de 1950)

¹ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, rio de janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

O Brasil, no entendimento destes, deve se pautar na produção agrícola por ser um país agrícola, este aspecto, segundo Clementino Fraga em artigo da Tribuna da Imprensa, diz respeito a um atributo de nossa nacionalidade. Portanto, reclamam a formação de um Ministério da Agricultura já que os assuntos agrícolas estavam sendo geridos pelo Ministério da Fazenda. Podemos auferir então, uma demanda por organização institucional econômica no que tange a agricultura desonerando o Ministério da fazenda dos assuntos do campo. O jornal Correio da Manhã faz referência à nossa “verdadeira realidade” – agrária – e desta forma faz sua crítica à industrialização e o “rumo urbano” tomado pelos dirigentes políticos:

“O slogan que se vem repetindo há muitos anos é que somente são ricos os povos industriais. E sem maior exame, premidos pela pressão política – que encontra na massa operária manancial farto de voto – vamo-nos embrenhando na rota protecionista, na direção urbana, sem atender aos verdadeiros interesses de nossa realidade” (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1950)

Na mesma linha de raciocínio sobre agricultura e industrialização, a Tribuna da Imprensa também direciona críticas ao industrialismo no Brasil.

“a supremacia do industrialismo poderia trazer-nos grandes males sociais, deixando-nos, talvez, a forma, mas fazendo-nos perder a essência de nossa liberdade” (...)

“A atração que a vida das cidades exerce sobre os operários, a ação que os lucros grandes e rápidos das indústrias protegidas exercem sobre os capitais e sobre os braços, desconfiança característica das épocas de crises financeiras, são outras tantas causas da drenagem que sofre a agricultura em seus elementos mais importantes da produção” (Tribuna da Imprensa, 19 de agosto de 1950)

Outro jornal, o Correio da Manhã critica, ainda, a exaustão do campo devido a problemas decorrentes da falta de uma política ambiental, da retirada de insumos por parte do governo federal, governos estaduais, bancos, companhias de seguro. Também comenta o problema da migração, o êxodo rural. Ainda na órbita da questão agrícola, a formação de um mercado interno forte a fim de elevar o poder aquisitivo da população aparece como pré-condição para a construção de um parque industrial:

“70% vivemos da terra aí deveríamos formar o nosso mercado interno, elevando ao máximo o poder aquisitivo, a fim de

podermos construir um parque industrial baseado na colocação dos produtos. Entretanto a mesma política industrialista exaure o interior e anemia a sua possibilidade de compra (...) não podemos ter a releidade de criar uma indústria para concorrer nos mercados internacionais com as congêneres mais técnicas, mais capitais vultuosos e mais baratos e meios de distribuição regulares. Assim se quisermos industrialização, devemos primeiramente cuidar de nosso mercado interno, fortalecendo seu poder aquisitivo. E isto somente conseguiremos transformando nossa política urbana em agrária” (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1950)

O desenvolvimento econômico, ou seja, a melhoria da questão agrária viria com o advento de uma série de medidas técnicas, tais como: estudo do tamanho da terra para que o pequeno produtor tenha lucro na exploração, uma legislação adequada (mesmo por desapropriação) dividir os latifúndios não explorados que aguardam a desvalorização monetária, a revisão da legislação sobre financiamentos e letras hipotecárias, fundação de cooperativas mistas de crédito e produção, as quais operariam como um prolongamento do banco, regulamentação dos empréstimos em todas as fases, plantio, entressafra e benfeitorias. Fundação de cooperativas de transporte e distribuição nos grandes centros, completando o ciclo, das quais fariam parte o Banco e as cooperativas do interior.

A relação entre agricultura e industrialização para estes articulistas assume um caráter complementar. Industrialização e agricultura não representavam de maneira alguma uma incongruência, no entanto, para aceder ao patamar de país desenvolvido e possuidor de um parque industrial, o Brasil deveria basear-se na produção agrícola, nossa característica histórica segundo os jornais. Esta característica iria nos ajudar na criação de um mercado interno que, por sua vez seria importante para a industrialização. Coloca ainda a importância da agricultura e sua proteção estatal para a possibilidade de industrialização, para isto usa como exemplo países centrais:

“Países essencialmente industriais como os EUA e Alemanha nunca deixaram de proteger e estimular a agricultura. Na América do Norte encontramos preços mínimos, intervenção do governo no mercado, retenção de estoques etc. na Alemanha – antes da Guerra – um perfeito financiamento de compra, plantio, benfeitorias, transporte, a distribuição a colocação de produtos e garantias completas para os pequenos produtores. Todos os países vêm compreendendo a situação e

procuram alicerçar suas economias nas bases de um interior forte”
(*Correio da Manhã, 23 de setembro de 1950*)

Para destacar duas formulações teóricas famosas no período que de certa forma nortearam as subseqüentes, seria interessante mencionar o debate entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen. Este é um dos mais importantes debates econômicos ocorridos no Brasil, e explicita dois modelos de desenvolvimento possíveis. De um lado, Eugênio Gudín, de linhagem liberal, defendia a teoria das vantagens comparativas onde países de vocação agrária como o Brasil não poderiam industrializar-se. Do outro lado Roberto Simonsen, propunha que sem a passagem de capitalismo mercantil para a fase industrial, o processo de desenvolvimento capitalista estaria impossibilitado.

A idéia partilhada pelos jornais analisados de que o Brasil deveria basear sua industrialização na agricultura é marcada pela observação dos países centrais como modelos. Os jornais de maneira geral exemplificam experiências estrangeiras para evidenciar a importância da agricultura na formação de um parque industrial. Contudo, sempre unguidos na questão da *essência* agrícola do Brasil. O jornal A Noite, chega a comentar a vastidão territorial do Brasil, que merece o título de império, assim como EUA, Rússia, Canadá. Estes países, “nações industriais”, basearam seu processo industrial na “produção da terra”. O jornal relaciona a questão econômica com a formação do Brasil numa “nação industrial”.

“Se não nos emanciparmos na produção agrícola jamais poderemos aspirar uma situação marcante como nação industrial.” (A Noite, 2 de setembro de 1950)

Com a criação da CEPAL a industrialização se apresentava como diretriz para que países periféricos deixassem de estar em uma situação inferior, ou de desvantagem em relação aos países chamados centrais. Esta conceituação de países centrais e periféricos foi proposta por Celso Furtado dentro da CEPAL a fim de desvincular a discussão econômica da relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A CEPAL foi um órgão criado em 1948 tendo sua sede em Santiago do Chile, para pensar os caminhos de desenvolvimento para o continente. Este órgão formulou a teoria e a prática do desenvolvimento industrial latino americano, onde, o rompimento com a divisão internacional do trabalho proposta pelos países centrais capitalistas fazia-se

necessária. Celso Furtado, economista brasileiro que esteve na CEPAL desde seus primórdios é considerado o principal articulador e propagador do pensamento cepalino e estruturalista no Brasil.

A fórmula desenvolvimentista proposta pela CEPAL, caracterizada na figura de Celso Furtado no Brasil², propunha uma economia merecedora de todas as atenções do governo, proteção, planificação e estímulo do Estado em relação ao setor industrial; geração de políticas econômicas que estimulassem mudanças de hábitos de consumo; superação da arcaica ocupação fundiária; mudanças na distribuição de riquezas como meio de expandir o mercado interno; diminuição das desigualdades regionais.

Diversos artigos presentes nos jornais tocam na questão do planejamento econômico e da presença do Estado na economia protegendo ou intervindo. Os graus de intervenção e protecionismo variam de acordo com a aproximação teórica com o liberalismo econômico. Neste caso a Tribuna da Imprensa traz um debate interessante sobre esta intervenção não aceitando a intervenção total na economia. Os padrões liberais de não intervenção na economia haviam sofrido crítica desde o início do séc. XX na figura do pensador econômico Keynes. Portanto, a intervenção do Estado na economia também encontrava campo de reflexão ao lado dos liberais que admitiam a intervenção numa proporção menor e mais suave. Mas não podemos perder de vista o caráter liberal de defesa da livre concorrência. Pois vejamos:

“Somos daqueles que não aceitam a intervenção estatal 100%. Que condenam os controles de totalitários, sejam eles verde, vermelho, marrom ou pardo. Que defendem a livre iniciativa até onde ela é útil ao interesse coletivo.” (Tribuna da Imprensa)

“A esse protecionismo sem limites e sem respeito às mais elementares regras econômicas chamam de expansão de nossas indústrias (...)

E os controles incentivadores de custos altíssimos e de lucros excessivos chamam de defesa da produção nacional (...)

Na realidade essas atitudes não passam de simples expedientes para afastar a livre concorrência, mais incentivadora do progresso não só técnico como econômico e financeiro. Sem a livre competição jamais sairemos dos baixos padrões de vida que vivemos” (Tribuna da Imprensa, 26 de Setembro de 1950)

Ainda nas páginas da Tribuna da Imprensa, a Reforma Agrária aparece como fundamental ao desenvolvimento econômico do Brasil e para criação de um mercado

² FURTADO Op. Cit.

interno. A reforma agrária deveria constar na campanha política segundo Carlos Lacerda, caso o Brigadeiro assumisse este compromisso, este, seria acreditado por ser homem de palavra e ter compromissos com sua campanha eleitoral. Correio da Manhã também coloca a reforma agrária e a desapropriação de latifúndios como essenciais ao progresso econômico da Nação. Sobre a lavoura:

“Sendo a base de nosso sistema econômico, forma entre muitas questões que reclamam uma reforma de base.” (Correio da Manhã, 10 de Setembro de 1950)

Correio da Manhã também se coloca favorável à organização econômica através da planificação, cobrando uma política econômica organizada ao Estado utilizando uma figura muito usada na década de 20 sobre o precário homem brasileiro. Utilizando o conto do Jeca Tatu de Monteiro Lobato como referência ao homem exposto aos desígnios da vida e malfadado pelo isolamento da civilização, o jornal aponta que é necessário ajudar o “nosso jeca”, que, subentende-se não poder organizar-se por si só. Para o jornal há que se ter um plano, uma intervenção estatal no campo a fim de aperfeiçoar este jeca e, por conseguinte a produção, além de alçar a agricultura a um patamar digno da realidade brasileira e contribuinte da industrialização nacional e

“Aguardam que nosso jeca se organize por si só. Não existe um plano ativo que enseje a organização, educando e demonstrando praticamente os benefícios.” (Correio da Manhã, 7 de setembro de 1950)

Agora sobre a intervenção do Estado na economia agrária, o jornal exemplifica experiências estrangeiras de intervenção bem sucedida na economia.

“Na América do norte encontramos preços mínimos, intervenção do governo no mercado, retenção de estoques etc. na Alemanha – antes da Guerra – um perfeito financiamento de compra, plantio, benfeitorias, transporte, a distribuição a colocação de produtos e garantias completas para os pequenos produtores.” (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1950)

O jornal A Noite, que em suas páginas defende a campanha de Christiano Machado, escreve sobre a criação de um Banco rural, que também fora defendida pelo

Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa na campanha de Eduardo Gomes. Este banco deveria conceder créditos agrícolas e assim desenvolver a produção rural.

“Para os que propugnam a criação de um Banco Rural como base do desenvolvimento do crédito agrícola e de acordo com o projeto já oferecido ao estudo da câmara federal (...) [Christiano Machado] Frizou que o problema da eletricidade é o problema do Brasil. Declarou que cabe ao governo federal orientar o estabelecimento de plano racional de eletrificação.” (A Noite)

Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã e A Noite mostram apoio à intervenção estatal, embora em graus distintos. Em relação ao capital estrangeiro, contudo, encontramos uma orientação mais liberal. Sobre a taxa de juros, esta, em altos índices, inibe investimentos e créditos vistos pelo jornal Correio da Manhã como o “sangue” para desenvolver a vida econômica:

“Não há comércio, indústria ou agricultura que resista a um nível tão elevado de juros (...) uma campanha mais liberal para atração de capitais estrangeiros e outras medidas correlatas (...) a taxa de juros deve merecer atenção toda especial, uma vez que seu nível depende, em sentido geral, da curva do nosso desenvolvimento.” (Correio da Manhã, 20 de agosto de 1950)

“O auxílio do capital estrangeiro – em determinadas condições – é dos mais necessários. Fornecendo-lhes maiores garantias, alcançaremos mais depressa os nossos objetivos” (Correio da Manhã, 29 de agosto de 1950)

Neste momento, ou seja neste contexto lingüístico³, os rumos da política financeira estariam marcados por uma taxa baixa de juros e o controle da inflação, visto que seu caráter inevitável no processo de desenvolvimento industrial era concebido à época pelos pensadores estruturalistas, e estes se relacionavam com esta taxa de forma a controlá-la.

“Não podemos nos deter ante os possíveis efeitos inflacionários – que serão anulados pela recuperação econômica futura – e deixar-nos levar por teorias que, em sua essência trazem o ranço de países supercapitalistas e superpopulados” (Correio da Manhã, 21 de setembro de 1950)

³ J. G. A. Pocock, Linguagens do Ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003.

Da mesma forma, estes pensadores procuram se afastar dos rumos econômicos que outros países centrais tomaram em relação à inflação. Produzir, importar, consumir, estes movimentos básicos da economia se desdobrariam em emissões, e, por conseguinte, em inflação. Entramos então em outro ponto. A iniciativa privada. Brigadeiro critica as:

“Noções apenas domésticas de economia (...) entregando as exigências da produção aos azares de uma iniciativa privada deprimida por falta de compreensão de créditos e de assistência governamental” (Correio da Manhã, 13 de agosto de 1950)

Tribuna da Imprensa e Correio da Manhã se mostram simpáticos à entrada de capitais “vindos de onde for”, para auxiliar a economia brasileira. São, portanto, favoráveis à iniciativa privada na economia, no entanto, em setores não considerados estratégicos que seriam reservados ao Estado.

Tribuna da Imprensa também coloca a questão da inflação como provedora de utilidade ao progresso econômico, não vendo problemas em uma política de emissões, ao menos que esta, sirva ao aumento da produção.

“Não se emitiu para fazer a inflação. Por isso não se financiou a produção.” (Tribuna da Imprensa)

Dentro da argumentação cepalina o conceito centro-periferia assume posição chave na relação entre os países. O distanciamento econômico em termos de desenvolvimento entre estas duas categorias de países foi provocado crescentemente, de acordo com este conceito, pela divisão internacional do trabalho desde os primeiros estágios do capitalismo industrial. Este conceito diz respeito ao progresso técnico e à distribuição de seus ganhos. Na periferia o progresso técnico foi introduzido nos setores exportadores em contraste com o restante do sistema produtivo. Ou seja, as forças produtivas dos países centrais se desenvolvem mais rapidamente do que nos periféricos, não obstante, a distribuição heterogênea tanto do progresso técnico quanto dos ganhos de produtividade representa um argumento cepalino contra as teorias de livre mercado. Além disso, outro fator de desequilíbrio entre centro-periferia, é a demanda periférica por bens de capital e intermediários que não se encontram disponíveis internamente, e a demanda por produtos primários dos países centrais que cresce de maneira lenta. Isto resulta na incapacidade periférica de importar, causando um desequilíbrio externo.

Há que se adotar nos países periféricos um padrão de crescimento endógeno, para dentro. Caso se adotasse um padrão exógeno, este não daria conta de uma industrialização rápida. Constrói-se, portanto, um padrão de crescimento que não encontra precedentes, uma forma de lidar com as questões econômicas específicas e que esteja relacionada ao cenário internacional composto por países centrais e periféricos. Dever-se-ia levar em conta as baixas taxas de poupança causadas pela baixa produtividade, o desemprego sintomático, a deterioração dos termos de troca, e a tendência ao desequilíbrio externo, em suma, heranças do sistema especializado de produtos de exportação. Esta proposta de não se alinhar a nenhum postulado econômico existente, ganha força na conferência dos países não alinhados, tendo na ONU órgão legitimador desta escolha.

As propostas econômicas dos jornais apesar de estarem pensando num padrão de crescimento endógeno, ou seja, de fortalecimento de seu mercado interno, um crescimento voltado para dentro do país, estavam articuladas à divisão internacional do trabalho, onde havia países exportadores de produtos primários e países industriais. A leitura do Brasil como um país essencialmente agrícola e não possuindo uma vocação industrial tal qual a de países como EUA, por exemplo, não encontra esteio no pensamento cepalino. As teses cepalinas ganhariam força posteriormente na mesma década, mas neste período inicial da década de 1950, identificamos apenas algumas características que possam ser remetidas.

A valorização do homem do campo, também figura como política importante para o desenvolvimento da nação, o plano SALTE, saúde, educação e trabalho estipula metas para valorizar este homem enfraquecido.

“Que está se tornando ainda mais fraco que o homem da cidade” (Correio da Manhã, 21 de setembro de 1950)

O jornal A Noite ao falar sobre uma competição de halterofilismo a ser realizada no Brasil em conjunto com a federação deste esporte francesa, em editorial de Antonio Vieira de Melo, reflete sobre um problema do Brasil. A condição do homem brasileiro. Vemos a relação de “depreciação física” com o sucesso econômico, e portanto, a necessidade de valorização do homem brasileiro.

“Esse problema consiste em que as grandes massas escravizadas ao pauperismo tenham elevados os padrões de sua vida

e de sua saúde, sem os quais marchará irremissivelmente para o deperhecimento físico e, conseqüentemente, para a decadência econômica.” (A Noite, 2 de agosto de 1950)

Dentre as medidas a elevação da renda, com ênfase na justiça social e harmonia do trabalho e capital, como meio de fortalecer e criar padrões de consumo, melhoria da saúde, os jornais fazem menção, por exemplo, à expectativa de vida do trabalhador brasileiro. Que não chega aos 40 anos, em contrapartida nos EUA os trabalhadores chegam aos 60 anos, isso lhes permite no decurso de suas vidas tornarem-se consumidores ao cabo de suas vidas profissionais. Antonio Vieira de Melo comenta sobre a distribuição de renda como meio de melhorar a vida do homem. O ensino, a educação, se apresentava como ponto fundamental para A Noite, sobretudo no que diz respeito à educação pra a democracia. O ensino técnico voltado para o campo recebia destaque na campanha de Brigadeiro, o SENAI também é merecedor de importância estratégica, pois, fornece ao homem urbano ensino para a indústria. O SENAI:

“Tem o objetivo de preparar o Brasil para o movimento revolucionário porventura mais extenso do mundo contemporâneo, quero dizer para a eclosão posterior à guerra, da síntese incalculável de problemas que ela prepara com a mudança imperiosa de certos valores econômicos e o deslocamento infalível de muitas zonas de influencia.” (Correio da Manhã, 8 de setembro de 1950)

Além disto:

*“Aparelha a indústria e mobiliza forças para a revolução.”
(Correio da Manhã, 8 de setembro de 1950)*

A emancipação humana que a democracia trazia em seu cerne, encontrava-se também no desenvolvimento econômico, no entanto, de maneira inversa. O saneamento moral estava no percurso da democracia, diante do processo político democrático o homem ganharia racionalidade e ganharia sua emancipação frente aos atos políticos. Contudo, no processo de desenvolvimento econômico, era imprescindível que o homem estivesse preparado para dar início a este processo. Caso não estivesse preparado e continuasse a possuir os baixos padrões de vida o Brasil caminharia rumo a decadência econômica.

“A valorização do homem, pelo trabalho pela saúde e pela educação (...) há que se recuperar o homem brasileiro do aviltamento da ditadura e do asfixiamento econômico” (Correio da Manhã, 7 de setembro de 1950)

Outra preocupação presente neste momento era sobre a matéria-prima brasileira. O Brasil, por ser rico em matérias-primas tem, juntamente com seu potencial de energia hidráulica, ferramentas essenciais para o alcance dos objetivos e consolidação do momento revolucionário.

“Nossos recursos em energia hidrelétrica são conhecidos, são igualmente conhecidos, nossas reservas de matérias-primas. Vindo a revolução adivinhada, possuiremos dois elementos essenciais à luta.” (Correio da Manhã, 8 de setembro de 1950)

Sobre as matérias primas relacionadas à energia, setor estratégico para o Brasil, sobretudo na presente eminência da guerra da Coréia tornar-se um conflito mundial. A estocagem de produtos tais como Petróleo, bem como sua prospecção e pesquisas neste campo tornam-se um debate intenso. No jornal A Noite e na Tribuna da Imprensa o debate sobre o Petróleo é colocado dentro da campanha de Christiano Machado. O petróleo se apresenta assim, como um ponto chave ao progresso econômico do Brasil. O caráter nacional desta pesquisa é marcante neste debate trazido por A Noite e Tribuna da Imprensa.

“Tais recomendações foram as de que se promovam a industrialização pelo Estado, do xisto betuminoso do Vale do Paraíba, para a obtenção de combustíveis líquidos, na ordem de dez mil barris por dia; a de que o Conselho Nacional do Petróleo acelere as prospecções das jazidas de xisto a fim de obter-se uma idéia total de nossas reservas exploráveis; prosseguir com estudos e trabalhos em curso no Conselho Nacional de Petróleo, tendo em vista o petróleo do poço.” (A Noite, 30 de agosto de 1950)

“A política traçada pelo governo atual, de construção de refinarias para tratamento inicial do petróleo importado, e depois para aproveitamento do que for descoberto no país revela a orientação sábia, que tem os aplausos da Nação e deve assim ser continuada.” (...)

“A industrialização de derivados do petróleo no país, pelo Estado é garantia mesma da independência econômica, e constitui ponto fundamental de um programa de governo inspirado no interesse exclusivo da pátria” (...)

“preço único para todos os derivados do petróleo consumidos em qualquer parte do território nacional” (Tribuna da Imprensa, 19 de agosto de 1950)

Era comum ainda neste período a referência à revolução burguesa no Brasil, que estaria se processando desde a década de 30. Sobre a questão de matérias-primas ainda, era fundamental que se atribuísse valor técnico no meio rural, para que desta forma se construísse uma indústria de transformação dos produtos rurais. Para isto, havia estes homens de lutar contra a inércia do governo e contra o imperialismo:

“Rigorosamente nenhum candidato à presidência levantou a bandeira do enriquecimento nacional (...) sem estado maior, sem uma visão de conjunto não é possível planejar e tentar a batalha do enriquecimento nacional (...) Enfrentar os interesses imperialistas em termos claros e serenos, fomentar a valorização das matérias-primas nacionais, valorizando-as pelo emprego da técnica; resolver em termos corajosos o problema do petróleo, cuidar da salvação da terra insuflando à agricultura um espírito novo.” (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1950.)

No entanto estas matérias-primas deveriam ser guardadas à indústria nacional, e não exportadas em sua totalidade. A extração de matérias-primas, entretanto estava comprometida pela falta de técnicos capazes de fazer um levantamento das áreas e das riquezas do país:

“As nossas jazidas minerais são pouco conhecidas porque o quadro de nossos técnicos, bastante reduzido, é insuficiente ao levantamento total da riqueza extrativa do país (...) Fomentando ao máximo o aproveitamento de nosso potencial extrativo teríamos tido, nas vicissitudes da conjuntura atual, compensadora e substancial fonte de divisas ressaltada, entretanto, é necessária a preservação das reservas de matérias-primas essenciais para assegurar o desenvolvimento da indústria nacional.” (Correio da Manhã, 24 de setembro de 1950)

O jornal faz referência constante ao período, à eminência de uma terceira guerra mundial – conflito na Coreia. Os apelos a uma mobilização econômica são constantes e se referem diretamente à experiência passada com a segunda guerra mundial e da necessidade de estocar produtos, bem como aplicar uma política de importações de bens de capital. Sendo assim, nos deparamos com a importância da

substituição de importações por ventura da possibilidade de uma nova guerra mundial. A substituição de importações seria importante, pois, havia a necessidade de aparelhar o campo, com maquinaria necessária, adubos químicos, modernizar vias de transporte, maiores salários para os trabalhadores do campo. Este aspecto é importante porque, estes homens não viam na alternativa exportadora unicamente a saída para o desenvolvimento brasileiro. Mas também na transformação de produtos.

“A cultura de matérias-primas é essencial – é mesmo fundamental no Brasil – contanto que não cheguemos a sublimá-la como princípio (...) mas cumpre não submeter à economia superstições, pois o que as matérias-primas dão pode ser retirado por elas mesmas (...) a boa política econômica é, portanto, a que desenvolve a manufatura simultaneamente com a produção da respectiva matéria-prima e determina que sejam exportadas as sobras e não vendidas a totalidade da produção às indústrias transformadoras de outros países (...) é fatalmente deficitário na balança comercial o país que só exporta matéria-prima para depois recebê-la transformada (...) em conclusão: país que exporta unicamente matéria-prima é país colonial, pois subordinado, sem a primeira das independências, ou seja, a independência econômica”

Vemos então que a posição destes articulistas, embora admitindo o desenvolvimento industrial, tomava a base agrícola de produção como lastro para o futuro desenvolvimento de um parque industrial no Brasil.

As propostas de desenvolvimento econômico apresentada pelos jornais se colocam numa perspectiva liberal, variando em termos de intervenção e protecionismo. Na fase inicial da década de 1950, o desenvolvimento ainda está muito atrelado à questão agrária. Os conceitos de desenvolvimento cunhados nas páginas dos jornais, têm suas bases numa economia agrária seguida de um processo industrializador que confira autonomia econômica ao Brasil. Para tanto, há que elevar o nível de vida do homem brasileiro, com o plano SALTE, por exemplo. Aparelhar o campo com o auxílio estatal na forma de créditos e investimentos estrangeiros, organizar a produção em núcleos de médios e pequenos produtores, as cooperativas, que, numa rede municipalista aperfeiçoaria a produção e distribuição da produção de acordo com a campanha de Eduardo Gomes. Esta produção, sobretudo com base agropecuária, criaria um mercado interno forte e possibilitaria o aumento do poder aquisitivo da população alavancando o processo de desenvolvimento nacional rumo ao progresso e à modernidade. Sobre as matérias-primas eram consideradas de grande valor estratégico ao Brasil, sobretudo o

Petróleo. A questão da energia nacional está posta através de propostas de hidrelétricas com o intuito de ampliar a eletrificação do país e nas pesquisas na área do petróleo.

A livre concorrência na economia é termo corrente nos jornais, que enxergam o momento econômico como regido pelo capitalismo liberal. Este liberalismo seria responsável inclusive pelo aperfeiçoamento do homem, através da livre concorrência, seja política, seja na sociedade, seja na economia. Este desenvolvimento seria responsável por alçar o Brasil ao Hall das nações industriais modernas.

Nação

Entender o processo de construção da nacionalidade, ou a proposta de identidade nacional de uma sociedade, não é tarefa fácil dado o caráter abstrato do conceito de Nação. Não obstante, toda proposta de identidade nacional, leva em conta um padrão de generalização que engloba a totalidade populacional, ao menos em tese. Na década de 50, a liberdade e autonomia política tinham papel importante, pois, este momento refletia um grande desejo de “redemocratização” visto que o Brasil acabara de sair de um regime chamado por muitos, “totalitário”. Bem como a levar o país ao desenvolvimento econômico, que concederia ao Brasil a “primeira das autonomias”, a autonomia econômica. Estes dois aspectos, o político e o econômico estão diretamente ligados à questão da Nação pretendida pelos jornais.

Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa e A Noite, possuem uma concepção de Nação similar. O Brasil tornar-se-ia uma Nação, ou uma “Grande Nação”, a partir do momento em que obtivesse progresso econômico, Desenvolvimento, e possuísse uma democracia consolidada. Os EUA eram o paradigma de grande Nação a ser seguido pelos países periféricos no pós-guerra. Contudo, outros aspectos relacionados ao entendimento da nacionalidade saltam aos olhos quando nos deparamos com os jornais analisados para esta pesquisa. Os valores cristãos, militares e liberais aparecem nas páginas destes jornais entremeados nas propostas de nacionalidade e Nação.

Para tanto, a conceituação de Nação aqui seguida, balizada por Benedict Anderson de um lado e Hobsbawm de outro, auxilia na percepção da configuração deste conceito na década de 50 no Brasil.

Para Benedict Anderson Nação é uma comunidade política imaginada⁴ e, de todas as comunidades do discurso ela se distinguiria pelo aspecto limitado e soberano. Limitada por possuir fronteiras finitas em um território. Soberana por ser considerada livre e autônoma diante de outras Nações, nota-se neste ponto a questão central do desenvolvimento econômico e da consolidação democrática. Comunidade finalmente pelo seu aspecto horizontal que é proposto como um espaço de relações fraternas e solidárias, a despeito dos conflitos e desigualdades existentes. Os jornais apresentam a Nação brasileira como equânime do ponto de vista humano, liberal.

⁴ ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ed. Atica, 1989.

Já para Eric Hobsbawn, há dois prismas de entendimento desta abstração. O objetivo e o subjetivo ⁵. O caráter objetivo diz respeito aos indivíduos que compartilham da mesma língua, religião, costumes etc. A nação subjetiva possui indivíduos que compartilham a mesma idéia de pertencimento, que ultrapassa as questões objetivas, criando-se assim um sentimento de identidade não baseado somente na língua, cultura, religião. O *Correio da Manhã* caracteriza a campanha de Eduardo Gomes como uma campanha nacional e popular, ou seja, aquela que congrega a todos e carrega os valores genuinamente nacionais:

“A candidatura de Eduardo Gomes tem assim um sentido genuinamente nacional.” (Correio da Manhã, 30 de agosto de 1950)

Este sentido nacional é concebido a partir da relação não regional de Eduardo Gomes. O candidato não opera com regionalismos, trata a população por brasileiros, e não por cariocas, paulistas, mineiros. O caráter nacionalista tal qual Norberto Bobbio ⁶ concebe, com forte apelo unificador entre povo e Estado, não chega a aparecer neste período. O apelo patriótico, proponente de um pertencimento por via de um sentimento forte não está colocado nas páginas do jornal. O jornal *Correio da Manhã* caracteriza Brigadeiro como representante de todas as raças, além de representante das tradições cristãs, da consciência liberal e da formação de soldado. A *Tribuna da Imprensa* apóia este candidato. Sendo assim, a concepção de Nação que aparece na campanha de Eduardo Gomes, está ligada ao caráter cristão, militar e democrático. Eduardo Gomes sintetiza estes aspectos:

“Eduardo Gomes é a síntese do brasileiro. O outro candidato quem é? Um homem de fronteira, sem verdadeira formação brasileira.” (Correio da Manhã, 5 de setembro de 1950)

Interessante perceber a construção de uma identidade nacional genuína, ou seja, Eduardo Gomes é um brasileiro genuíno enquanto Vargas é um “border men”. Não obstante, a descaracterização de Vargas não pára por aí, Eduardo Gomes, pelo

⁵ HOBBSAWN, Eric. Nações e nacionalismo desde de 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁶ BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa assim como Cristiano Machado, pelo *A Noite* são apresentados como verdadeiros candidatos das forças democráticas, bem como Getúlio Vargas é representado como o candidato antidemocrático, logo, não merecendo os votos daqueles componentes de uma Nação democrática por destino. A noção de pertencimento forjada passa pela questão democrática nesse ponto, e, representa um dado subjetivo de construção desta identidade brasileira no processo eleitoral de 1950.

A concepção de Nação ligada a uma moral militar aparece de maneira marcante no *A Noite*, que publicou alguns artigos onde a figura de Caxias fora exaltada como um herói nacional a ser lembrado pelas futuras gerações. A figura de Caxias nas páginas deste jornal evoca uma capacidade unificadora:

“Operário da união dos brasileiros, é agora o cimento de sua unidade, que é a união inconsútil e indescontínua.” (A Noite, 4 de agosto de 1950)

A figura dos heróis sempre foi importante na consolidação e construção da Nação e da identidade nacional. No *Correio da Manhã*, Eduardo Gomes também fora apresentado como um herói. Em sua “epopéia de Copacabana” Brigadeiro é comparado aos heróis liberais da cidade de Recife de 1817, 1824 e 1848, uma cidadela democrática e liberal. Falando de Brigadeiro e Recife:

“[Brigadeiro] Pioneiro de uma causa de renovação nacional, e a cidade cuja história e toda uma longa e generosa tradição de combate pelas idéias liberais e democráticas.” (Correio da Manhã, 18 de agosto de 1950)

Outro artigo que aparece no jornal *A Noite* se refere a um campeonato de halterofilismo promovido em união à confederação francesa deste esporte. No entanto, Antonio Vieira de Melo, editor do jornal, alerta para o propósito deste evento e sua importância:

“O problema fundamental para nós não é pois, o de formar essas pequenas elites, esportivas, que possam para além de nossas fronteiras criar a ilusão de que representam o vigor e a beleza generalizadas do novo tipo, surgido aqui, da fusão de tantos e tão

variados elementos étnicos. Esse problema consiste em que as grandes massas escravizadas ao pauperismo tenham elevados os padrões de sua vida e de sua saúde, sem os quais marchará irremissivelmente para o deperecimento físico e, conseqüentemente, para a decadência econômica.” (A Noite, 2 de agosto de 1950)

Vemos a relação de saúde física e progresso econômico da Nação, seguindo uma vaga que se gesta desde a década de 20. O tema do melhoramento do homem brasileiro aparece constantemente nas campanhas de Cristiano Machado e Eduardo Gomes, e por conseguinte nas páginas de *A Noite e Correio da manhã* e *Tribuna da Imprensa* respectivamente. O homem deve ser preparado para a indústria e para o trabalho no campo, a melhoria das condições de vida dos homens do campo é um tema recorrente na campanha de Eduardo Gomes.

“O trabalhador rural tem direito a condições mais humanas e mais decentes de vida. Assistência hospitalar, educação, habitação condigna são imperativos a que teremos de nos curvar, sejam quais forem os sacrifícios. Teremos de mobilizar todos os recursos e empregá-los com prioridade nessa grande obra de redenção nacional – libertar as populações rurais da subnutrição e das endemias, assegurar-lhes padrões de vida que a coloquem em situação de contribuir para o nosso progresso com fatores positivos e não negativos, como até agora.

Não podemos continuar a permitir que a maior parte da população nacional viva em situação desprovida dos mais elementares requisitos da vida civilizada.” (Tribuna da Imprensa, 1 de agosto de 1950)

A idéia de progresso da Nação aparece de forma clara. A nação brasileira está em um momento decisivo para seus rumos e seus destinos como Nação e como Povo. O momento de reestruturação da democracia, que se confunde com o exercício de “salvação nacional”:

“O Brasil não fugirá ao seu destino que é o zelo da liberdade e o culto da honra (...) O Brasil, não suporta mais ser transviado da inspiração de seu futuro como Nação e como povo.”
(*Correio da Manhã*, 6 de setembro de 1950)

A Nação brasileira estaria localizada no patamar das demais Nações desenvolvidas e modernas somente com legitimidade e soberania política e econômica no cenário internacional. Baseada no caráter liberal e democrático e nos valores fundidos nos candidatos apresentados e apoiados pelos jornais, com ênfase para o *Correio da Manhã* que apoiava Eduardo Gomes, homem cristão, honrado, legalista e militar, sendo o único digno de tornar-se presidente e chefe da Nação. Tenta-se fundar a crença do início de uma nova era para o Brasil, recém saído de um regime “totalitário” antidemocrático, e rumando para a modernidade. Isto está diretamente ligado a um caráter processual, ou seja, a ligação entre passado presente e futuro, num processo histórico. O passado como coletivo de experiências não descartáveis, do ponto de vista dos ensinamentos que os erros possam oferecer, o presente como momento chave para sua recuperação futura:

“Cem vezes mais terrível para um povo do que suportar as frustrações do presente é não lhe ser possível encontrar nas suas próprias reservas a segurança de sua recuperação do futuro. Porque então a experiência dos erros não mais lhe dá ensejo das reparações.” (*Correio da Manhã*, 29 de agosto de 1950)

As construções sobre a Nação brasileira se correlacionam com os outros conceitos tidos como fundamentais para esta pesquisa: Democracia e Desenvolvimento estão atrelados à Nação, bem como, os valores cristãos, liberais e militares. Eduardo Gomes e Cristiano Machado, são apresentados como candidatos democráticos e possuidores destes valores pelos respectivos jornais que os apóiam. A identidade nacional proposta nestes jornais está diretamente ligada às respectivas campanhas, as identidades são forjadas a partir dos caracteres de cada candidato e das campanhas políticas. Interessante relatar a importância dada à LEC (Liga Eleitoral Católica), que

dá seu parecer sobre as candidaturas e recebe o aval dos jornais⁷, e reforça a tese de que os valores cristãos são caros a esta sociedade. O artigo não chega a mencionar os candidatos vetados pela LEC, mas podemos perceber a oposição clara entre democratas e não democratas (comunistas). Além da construção elitista, onde a seleção é o melhor caminho para que a “massa ignara” não governe as “elites cultas”.

“O momento é grave, crise da democracia, os comunistas querem implantar a ditadura da massa ignara sobre as elites cultas.”

“A LEC apontou o verdadeiro caminho, esse caminho é a seleção.” (Correio da Manhã, 28 de Setembro de 1950)

Getúlio Vargas é representado como o oposto destes candidatos defendidos pela LEC, não possuindo nenhum destes valores acima descritos. Esta identidade é estendida aos brasileiros de todo o território nacional, possuindo assim caráter universal. No entanto, de acordo com as teses elitistas que perpassam estes conceitos podemos concluir que esta Nação, ainda que universal, deverá ser conduzida por aqueles mais capazes e conscientes.

Sendo assim, a abstração sobre a Nação brasileira, de acordo com os jornais aqui analisados, guarda proximidades em relação aos valores cristãos, militares, democráticos e elitistas, bem como a necessidade de desenvolvimento econômico e consolidação da democracia para seu progresso. Esta Nação está sendo proposta como um valor universal e portanto pertencendo a todo brasileiro. No entanto, a condução desta Nação deverá ficar a cargo dos respectivos candidatos. Desta feita, encontramos a particularidade das propostas, os candidatos. *Correio da Manhã* tem como candidato Eduardo Gomes, assim como a *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda dá-lhe seu apoio; *A Noite*, apóia Christiano Machado. Ambos os jornais consideram Getúlio Vargas como antidemocrático, demagogo que exercia controle sobre as “massas”, ou seja, um “anticandidato”.

⁷ Os artigos sobre o veto da LEC aparecem nos jornais *Correio da Manhã* e no *A Noite*.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ed. Atica, 1989.

BENEVIDES, M. V. . **A UDN e o Udenismo (ambigüidades do liberalismo brasileiro)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIELCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista in: FERREIRA e DELGADO (org.). **O Brasil Republicano Vol. 3**, rio de janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

JASMIN, M. G. (Org.) ; FERES JR., J. (Org.) . **História dos Conceitos: Debates e Perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 05, n.10, 1992.

LESSA, Renato. A teoria da democracia: balanço e perspectivas In: PERISSINOTO, R. e FUKS, M. (orgs.) **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura S.A., 1961.